

Congresso pode autorizar estados a rolarem dívida

O Congresso se prepara para quebrar um tabu da equipe econômica e autorizar a rolagem da parcela da dívida externa dos estados e municípios com aval da União a vencer em 1991, o que o Governo proíbe. O novo campo de batalha entre o Legislativo e o Executivo será o projeto da lei orçamentária. E contra a equipe econômica estão os governadores eleitos e a quase unanimidade dos deputados e senadores. A conta deverá sair por 1,68 bilhão de dólares (cerca de Cr\$ 198 bilhões pelo câmbio comercial) — ou seja, trata-se de recursos que seriam pagos por estados e municípios e entrariam no caixa do Tesouro.

A rolagem da dívida dos estados e municípios é considerada “fato consumado” pela comissão mista de orçamento, que vota até o final do mês o projeto de orçamento do Governo para 1991. Os recursos para a rolagem estão sendo remanejados das operações de crédito programadas pelo Executivo. “Achamos um absurdo que o Governo tenha asse-

gurado a rolagem de cem por cento da dívida das estatais federais e deixado à mingua estados e municípios”, disse o deputado José Geraldo (PL/MG).

Segundo o deputado Genebaldo Corrêa (PMDB/BA), que atua juntamente com José Geraldo na questão da dívida dos estados e municípios, a comissão mista de orçamento poderá sugerir para a rolagem os recursos destinados ao refinanciamento da dívida externa das estatais, mais de Cr\$ 167 bilhões. Nesse caso, a União teria de abrir créditos suplementares para cobrir a rolagem das estatais.

“O Governo vai ter de financiar menos outras operações”, afirma José Geraldo, que pretende propor ao plenário do Congresso a rolagem de 70 por cento da dívida a vencer, cujo total é calculado em 2,4 bilhões de dólares (cerca de Cr\$ 283 bilhões). Ele se encontrou na terça-feira com o governador de São Paulo, Orestes Quérzia, que já tratou de mobilizar toda a bancada paulista para a causa.